



DOI: 10.12957/transversos.2024.81402

ANTOLOGIA DO INSULTO: NOTAS DISCURSIVAS SOBRE O
MARCADOR RACIAL

INSULT ANTHOLOGY: DISCURSIVE NOTES ON THE RACIAL MARKER

Juca Ribeiro

Universidade Federal Fluminense

prodialogica1@gmail.com

Resumo:

O estudo tem como objetivo analisar a conexão entre as ideias de pensadores brasileiros, que atravessam diferentes momentos históricos, como Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), João Batista de Lacerda (1846-1915) e Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), e demonstrar que suas argumentações em torno do pessimismo relacionado à presença negra na sociedade brasileira estimulou e produziu uma cultura de convicções negativas em relação ao não-branco, influenciando na construção de mentalidades sociais que reproduzem vínculos de relações de desrespeito no mundo da vida. O insulto por meio das suas diversas modalidades comportamentais é o fenômeno circulante que determina e orienta o pensamento racializado, recepcionado pela hierarquia de crenças baseadas na cor da pele.

Palavras-chave: Insulto; racialismo; homens da ciência; mentalidade.

Abstract

The study aims to analyze the connection between the ideas of Brazilian thinkers, who go through different historical moments, such as Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), João Batista de Lacerda (1846-1915) and Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), and demonstrate that their arguments around the pessimism related to the black presence in Brazilian society stimulated and produced a culture of negative beliefs in relation to non-white people, influencing the construction of social mentalities that reproduce bonds of disrespectful relationships in the world of life. Insult through its various behavioral modalities is the circulating phenomenon that determines and guides racialized thinking, received by the hierarchy of beliefs based on skin color.

Keywords: Insult; racialism; men of science; mentality.

1. Introdução

Lucien Febvrev (1878-1956) foi o mais proeminente historiador que inaugurou os estudos sobre a história das mentalidades. A história e suas determinações não se conceituam apenas como a descrição e detalhamentos de ocorrências para explicar o passado, e em Lucien Febvrev (1878-1956), a história tem a vitalidade de contribuir para a compreensão dos fluxos das mentalidades, como um mosaico de signos e vínculos intercambiantes.

Obviamente não é simples descortinar as mentalidades de uma época específica, pois ao tratar de forma conveniente a interpretação de crenças e valores de um tempo, como um modelo absoluto, deixamos de lado fragmentos e traços culturais e lógicas invisíveis, que estão fora da narrativa pública e fixadas no anonimato da história. As mentalidades racionalizam práticas e convicções, que podem ser baseadas em critérios arbitrários, e motivados por valores ideológicos considerados moralmente justificáveis.

As mentalidades são expressões polissêmicas, e por sua natureza heterogênea poderão arbitrar inúmeras camadas forjadas por convicções ao longo de processos de socialização. Um pesquisador reverbera um achado, um escritor narra uma personagem, um cientista pode demonstrar uma experiência; e assim por diante, etapa por etapa um arcabouço de forças imaginárias são mobilizadas em torno das linguagens. Merleau-Ponty (1991) atribuía a linguagem como “objeto do pensamento”, e exatamente dessa forma que os homens da ciência representados por Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), João Batista de Lacerda (1846-1915) e Oliveira Vianna (1883-1951) engendraram a construção de seus pensamentos, por meio de uma autoridade socialmente atribuída. Tanto que Merleau-Ponty (1991) expressou uma articulação temporal ao transito da linguagem:

Portanto, longe de podermos justapor uma psicologia da linguagem a uma ciência da linguagem, reservando a primeira a linguagem no presente e a segunda a linguagem no passado, o presente difunde-se com o passado, na medida em que este foi presente, a história é a história das sincronias sucessivas - e a contingência do passado linguístico invade até o sistema sincrônico (Merleau-Ponty, 1991, p. 93).

Esses pensadores irão expressar por meio de narrativas os atributos das convicções que já estavam demarcadas no plano dos significados cognitivos pessoais, assim Merleau-Ponty (1991):

O homem isolado, essa abstracção. O homem em grupo, essa realidade. Ele não conserva o passado na memória, como os gelos do Norte conservam frigorificados os mamutes milenários. Parte do presente e é sempre através dele que conhece, que interpreta o passado (Febvre, 1989, p. 25).

O passado não só faz revelações através das buscas que aguçam a curiosidade, mas

também pelas inquietações que ofuscam o presente. Há diversas formas de se traduzir o passado e o presente, e dessa forma Lucien Febvre (1989) argumenta que:

Se a palavra é comparável a um gesto, o que ela está encarregada de expressar terá com ela a mesma relação que alvo tem com o gesto que o visa, e nossas observações sobre o funcionamento do aparelho significante já envolverão uma certa teoria da significação o que a palavra expressa (Merleau-Ponty, 1991, p. 95).

A experiência dos sentidos que foram mobilizados em torno do racismo progressivamente forjado, deixou marcas que não se cicatrizam, tanto que Lucien Febvre (1989) define que:

Quantas marcas deixadas, nos nossos antepassados imediatos e em nós próprios, por sistemas de idéias e de crenças, por “instituições”, no sentido sociológico da palavra, cujas bruscas reaparições e surpreendentes afloramentos nos deixam por vezes estupefactos – e nos deixariam muito mais estupefactos ainda, e com mais frequência, se nos aplicássemos a observar-nos melhor desse ponto de vista! (Febvre, 1989, p. 256).

O artigo pretende examinar a articulação do pensamento de intelectuais brasileiros representados por Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), João Batista de Lacerda (1846-1915) e Francisco José de Oliveira Vianna (1883-1951), e demonstrar que suas argumentações em torno do pessimismo relacionado a presença negra na sociedade brasileira estimulou e produziu uma cultura de convicções negativas em relação ao não branco, influenciando na construção de mentalidades sociais que reproduzem vínculos de relações de desrespeito no mundo da vida. O insulto por meio das suas diversas modalidades comportamentais é o fenômeno circulante que determina e orienta o pensamento racializado, recepcionado pela hierarquia de crenças baseadas na cor da pele. Para compreender o insulto como fenômeno vinculado à herança racista do pensamento antológico da primeira metade do século vinte, iremos utilizar o trabalho de Guimarães (2002), referente ao Mito anverso: o insulto racial, como campo analítico comparativo para a realização do estudo proposto. Concluo argumentando que o insulto está ontologicamente marcado pela emancipação do brutalismo Mbembe (2021), como instrumento-modelo de aniquilação, humilhação e subordinação, por onde a brutalidade continua inalterada e submetendo cotidianamente ao barbarismo a população não branca.

2. Racialismo e o do pensamento pessimista

Àqueles homens da ciência, que não atuavam com imparcialidade, materializam as convicções interiorizadas entre suas crenças psíquicas e esforçaram-nas para transformá-las em convenções científicas através da linguagem, e serviram como referência para legitimar um tipo de ciência em suas épocas.

O discurso racista penetrou no imaginário social brasileiro e fez morada por meio de convicções generalizadas sobre a inferioridade do não branco. Tratou-se de uma construção, cuja tessitura passou pela bem elaborada convicção de que o não branco significava uma catástrofe

civilizacional para a nação brasileira, e seria necessário o esforço intelectual e a mobilização de forças racionais para superar esse dilema. Esse movimento não surge ao acaso das aparências nacionais, elaborado apenas pela herança escravista como um invento nacional. Tratava-se de um processo que estava em curso como um elo de alinhamento com o pensamento do determinismo científico que tinha a Europa como farol de salvação. A instalação de uma superestrutura de dominação de longa duração estava sendo formulada por esses pensadores, embora os mesmos não imaginassem o impacto e a influência que teriam os seus argumentos por longas gerações.

As várias correntes do determinismo científico e biológico, representados pelos higienistas e evolucionistas, cujas perspectivas gravitavam desde características hereditárias inatas até o processo de seleção natural representavam um projeto das elites da nação.

Dentre os pensadores preocupados com a “evolução humana” destacavam-se Herbert Spencer (1820-1903), Charles Darwin (1809-1882), Francis Galton (1822-1911) e Athur de Gobineau (1816-1882). Gobineau (1816-1882) foi quem proferiu aquilo que gerou o temor mais sombrio entre àqueles que estavam preocupados com o destino racial da sociedade brasileira, de uma nação fadada ao aniquilamento. Gobineau (1816-1882) expressou pessimismo em relação ao povo brasileiro no ano 1874 no *Le Correspondant*, um periódico francês. Como descreve Souza (2013), o pensador acreditava na extinção dos brasileiros num período inferior há 200 anos em função de sua formação mestiça. Souza (2013) narra que anos antes de cumprir a missão de representante diplomático no Brasil, Gobineau tinha publicado em 1853, isto é 16 anos antes de vir para o Brasil, a sua obra *Essai sur l'inégalité des races humaines*, que inventariava a decadência de povos mestiços, articulando que tais povos estariam fadados a extinção. Em seu *Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas*, Gobineau (1937) no Capítulo XVI se antecipa em demonstrar arbitrariamente as características negativas e positivas, a partir de sua perspectiva teórica, e assim definiria a raça negra:

La variedad melania es la más humilde y yace en lo más bajo de la escala. El carácter de animalidad impreso en la forma de su pelvis le impone su destino, a partir del momento de la concepción. Nunca saldrá del círculo intelectual más restringido. Ese negro de frente estrecha y huidiza, no es, sin embargo, un bruto puro y simple que ofrece, en la parte media de su cráneo, los indicios de ciertas energías groseramente poderosas. Si sus facultades pensantes son mediocres o incluso nulas, posee, en cambio, em el deseo y, por consiguiente, en la voluntad, una intensidad a menudo terrible (Gobineau, 1937, p. 150).

E quanto ao branco descreve que:

Los blancos se distinguen también por un amor singular de la vida. Parece que, sabiendo gustar mejor de ella, le atribuyen más valor, y la respetan más, en sí mismos y

en los otros. Su crueldad, cuando se manifiesta, tiene conciencia de sus excesos, sentimiento muy problemático em los negros. Al mismo tiempo, esta vida, que tan admirablemente saben llenar y que consideran tan preciosa, no vacilan en sacrificarla sin murmurar en aras de un ideal o de un principio (Gabineau, 1937, p. 151).

Segundo Diwan (2007), o mais proeminente entre os cientistas do determinismo eugênico foi o europeu Francis Galton, que atraia a simpatia dos homens da ciência do Brasil, e tinha produzido diversas obras tais como *Heditary Talent and Character* (1865), *A Theory of Hereditary* (1875), *Regression towards mediocrity in hereditary stature* (1886), *Hereditary Genius* (1892), *A new law of heredity* (1897), além de outras publicações sobre a sua “ciência da hereditariedade”. Seus trabalhos serviram de inspiração para expansão enviesada do pensamento preconceituoso, racista e supremacista frente a população não branca durante o período que se buscava uma saída civilizatória para o Brasil. O pensamento Galtoniano foi uma oportunidade para legitimar as narrativas do ideário dos teóricos racialistas brasileiros e possibilitar o enquadramento do não branco às práticas e narrativas de natureza higienista e eugênicas, como meio para converter a civilização brasileira ao caminho do progresso. O médico Renato Kehl (1889-1974) foi aquele que sistematizou a eugenia a partir de uma lógica nacional em termos de um programa de medicina social de escopo eugênico. O livro *Lições de Eugênia* editado em 1929, como o traduz o próprio nome, se refere ao projeto de uma articulação intencional no sentido de promover ações saneadoras da sociedade por meio da higienização da raça.

Tendo como base a ampliação e influência dos trabalhos científicos de natureza racialista, e a preocupação com os destinos da nação, cuja característica colidia com o perfil de nação digna de orgulho e de feitos civilizatórios, os pensadores buscaram seus meios para justificar e traduzir a necessidade do projeto de uma nova ordem racial, como alternativa para o problema da reconstrução nacional. Essa formulação passou a ser interpretada com várias faces, mas sem perder na essência seu vínculo de pessimismo preconceituoso das elites em relação ao não branco. Por essa razão Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), João Batista de Lacerda (1846-1915) e Oliveira Vianna (1883-1951) codificaram argumentos próprios em seus discursos, mas não se afastaram do essencial no que se refere à questão da raça e o destino da nação como projeto incontornável.

Chama a atenção as narrativas de Lacerda (1912), pelo uso de termos que demonstram o alinhamento a uma tendência discursiva que se remete ao projeto racialista colonial, e a forma de codificar a presença civilizatórias do povos brancos, reproduzindo termos como “raças

adiantadas e raça atrasadas”, “raça sujeita para com a raça dominadora”, “nações adiantadas devem dominar as nações atrasadas”; e não menos importante, atribuiu que os vínculos entre negros e brancos seria algo de prejudicial ao branco: “Affirmando, pois, como fiz no meu trabalho apresentado no Congresso, que no Brasil o longo contacto do negro prejudicou os dotes moraes do branco, não disse uma inverdade nem commetti uma insensatez” (Lacerda, 1912, p. 91).

Além da crítica aos vínculos estabelecidos pela interação cotidiana entre negros e brancos, o representante do Brasil afirmara que: “Provavelmente antes de um século a população do Brasil será representada, na maior parte, por individuos da raça branca, latina e para a mesma época o negro e o indio terão certamente desaparecido desta parte da America” (Lacerda, 1912, p. 95). O vaticínio do pensador era tomado de otimismo baseado no darwinismo social, impulsionado pela convicção de extinção da população negra, e ao que parece se utilizava da ciência da época, cujo prognóstico errático se baseava em diagramas probabilísticos, que não iria se confirmar muitos anos depois¹.

Os homens da ciência tiveram papel fundamental ao codificarem uma semântica de negação da alteridade, consolidando a normalização das hierarquias raciais com base na cor, afinal eles estavam amedrontados pela mestiçagem, mas igualmente com o atavismo que Lacerda (1912) acreditava que iria nos perseguir por alguns anos. Como programadores, vistos em termos modernos, eles elaboraram e conceberam a forma como as estruturas mentais reagiriam sob o comando dos estímulos produzidos pelas crenças na diferença entre raças ou grupos de cor.

Francisco José de Oliveira Viana (1883-1951), na obra *Evolução do Povo Brasileiro* publicada em 1938, na segunda parte *Evolução da Raça*, inicia distinguindo a diferença dos tipos raciais, atribuindo o exotismo a dois grupos especificamente e, daí em diante ele reafirma suas convicções orientadas pelo complexo de características preconceituosas. O autor descreve a diversidade de negros da seguinte forma “Só a enumeração das tribus ou "nações" aqui entradas forma um rosario interminável [...]” (Viana, 1938, p. 155). O pensador faz descrição dos vários tipos, dando-lhes características psicológicas e comportamentais inatas, muito próximas das perspectivas dos termos enumerados por Guimarães (2002), definidos da seguinte forma: “Os negros da tribu yebú, por exemplo, ou os da tribu cassange, ou haussá, embora reforçados e

¹ A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), publicada em 2022 revelava que houve crescimento significativo da população não-branca, apontando que a branca em 2021 correspondia a 43,0%, os pardos 47,0% e os pretos 9,1%, o que significa que os não-brancos correspondiam há 56,1%. Outro aspecto significativo que merece uma análise contextualizada é o decréscimo da população branca e o crescimento dos grupos de pardos e pretos durante o período correspondente há 2012 e 2021.

entroncados, têm a fealdade repulsiva dos typos negros puros" (Viana, 1938, p. 156). Dentre as caracterizações comportamentais o autor cita o seguinte: "dócil e civilizável", "obediência e humildades", "altivez, rebeldia e ferocidade", "indolentes", "laboriosos", "corruptíveis", "inferioridade mental". O pensador se esforçava em demonstrar que, por meio do comportamento, se poderia estudar as capacidades vinculantes à socialização produtiva. Aos negros ele atribuía a disposição de atividades braçais no setor agrícola, e nas cidades estariam fadados a tarefas que não exigem capacidades mentais, além disso o autor define as atividades funcionais mais próprias de acordo com cada grupo de negros, determinando o papel que caberia a esses negros de nação. E aos negros de pele mais clara o autor sugere um status diferenciado: "Os mais claros e esbeltos são preferidos para o serviço de pagens: entre os paulistas antigos é mesmo uma das grandes vaidades o poder ostentar um corpo de pagens da melhor aparência aryana" (Viana, 1938, p. 169).

A comparação entre negros e brancos era parte recorrente na argumentação de Oliveira Viana (1938), como a sentença que define um fragmento importante de seu pensamento temos:

O negro puro nunca poderá, com efeito, assimilar completamente a cultura aryana, mesmo os seus exemplares mais elevados: a sua capacidade de civilização, a sua civilizabilidade, não vae além da imitação, mais ou menos perfeita, dos habitos e costumes do homem branco. Entre a mentalidade deste é a do homem africano puro ha uma diferença substancial e irreductivel, que nenhuma pressão social ou cultural, por mais prolongada que seja, será capaz de vencer e eliminar (Viana, 1938, p. 174 e 175).

No livro *Raça e Assimilação*, Oliveira Viana (1938) aprofunda as questões que afligem o pensador em torno da questão raça. Nessa obra há dimensões mais sistemáticas sobre as diferenciações atribuídas às raças e as implicações que tornam essas evidências pseudocientíficas em objeto de atenção, sobretudo as consequências da mestiçagem. A questão do destino da nação estava desde sempre vinculado ao tema da sua composição:

Os modos de expressão da vida social, sejam moraes, sejam intellectuaes, de um dado grupo, como se vê, estão dependentes dos typos de temperamentos e dos typos de intelligencia nelle preponderantes. Estes typos de intelligencia e de temperamento estão, por sua vez, dependentes dos "typos de constituição". Ora, como estes, por sua vez, estão dependentes dos "typos· ethnicos", isto é, daquelles typos somatologicos a que chamamos· "raças", a conclusão é que a raça é, em ultima analyse, um factor determinante das actividades e dos destinos dos grupos humanos (Viana, 1938, p. 54).

Viana acreditava que os esforços dos cientistas poderiam contribuir para solução do problema da emergência racial, e dessa forma centrando na questão biologizante da mestiçagem e da imigração eugênica:

Em summa, o que nós desejamos - os que investigamos, como anthropo-sociologistas,

como bio-sociologistas, como anthro-geographistas, como demologistas e demographistas, os problemas da Raça - é que os nossos anthropometristas e biometristas não dispersem os seus esforços e orientem as suas pesquisas no sentido de nos dar as bases scientificas para a solução de alguns problemas mais urgentes e imperativos, como os que se prendem á formação da nossa nacionalidade no seu aspecto quantitativo e no seu aspecto qualitativo. Por exemplo: *o problema da mestiçagem das raças*. Ou o da *selecção eugenica da immigração*. Ou o da *distribuição racional das ethnias arianas*, segundo o critério da sua maior ou menor adaptabilidade ás diversas zonas climaticas do paiz (Viana,1938, p. 90).

O projeto de Oliveira Viana (1938) tem a pretensão de definir por meio da identificação de comportamentos e atitudes, a propensão que cada raça poderia ter para definir seu papel na sociedade. Acreditava que algumas raças estavam propensas a determinados papéis e cada uma poderia contribuir de forma diferenciada para a sociedade, de acordo com capacidades racialmente definidas. Esse determinismo de classe baseado na origem racial seria fecundo na relações raciais contemporâneas e será a razão que irá definir o lugar social do negro, como espaço de confinamento baseado na hierarquia e no estigma.

Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), médico baiano, irá reproduzir aos moldes do darwinismo social de escopo lombrosiano os argumentos racialistas sobre a inferioridade biológica do negro. Os livros *Raças Humanas e a Responsabilidade Penal no Brasil* (1894) e *Os Africanos no Brasil* (1935), trazem a repercussão daquilo que o médico convencionou como atavismo do negro. Apresentamos três fragmentos discursivos que remetem a categorias depreciativas. Primeiro, a hipersexualização do negro e a identificação da mulher negra de forma pejorativa: “A sensualidade do negro pode attingir então ás raias quasi das perversões sexuaes morbidas. A excitação genesica da classica mulata brasileira não póde deixar de ser considerada um typo anormal” (Rodrigues, 1894, p. 153).

A segunda categoria se remete ao perigo do negro:

Abstraindo, pois, da condição de escravos em que os Negros foram introduzidos no Brasil, e apreciando as suas qualidades de colonos como faríamos com os de qualquer outra procedência; extremando as especulações teóricas sobre o futuro e o destino das raças humanas, do exame concreto das consequências imediatas das suas desigualdades atuais para o desenvolvimento do nosso país, consideramos a supremacia imediata ou mediata da Raça Negra nociva à nossa nacionalidade, prejudicial em todo o caso a sua influência não sofreada aos progressos e à cultura do nosso povo (Rodrigues, 1935, p. 24).

E por fim, a terceira categoria quer demonstrar o papel secundário e dispensável do negro:

Aqui são de todo ponto justas e razoaveis as previsões de um predomínio futuro da raça branca, embora ligeiramente mesclada, não só porque a immigração está-lhe dando o predomínio numerico, como porque **aqui o branco não precisa do negro** para se aclimar (Rodrigues, 1984, p. 103, grifo nosso)

3. Onde o insulto faz morada na ordem racial?

O estigma pode ter como origem diversas fontes de influência, mas o que dizer sobre o estigma que se desenvolve ao longo do processo histórico e é reproduzido por construções ideológicas baseadas na cor da pele? Gerações de indivíduos são submetidos à pressão do estranhamento e a difusão sempre reatualizada de práticas discriminatórias baseadas na cor da pele. A permanência dessas práticas ofensivas acontecem porque estão enraizadas por meio de uma tradição de valores que se manifestam nas relações elementares do modo vida cotidiana. O pressuposto para a manutenção das manifestações transitam por via da normalização da diferença, como um sistema de crenças que sobrevive por conta das heranças cognitivas profundas.

Os insultos identificados e que caracterizam o trabalho de Antônio Sergio Guimarães (2002) apontam para a exacerbação do rebaixamento, produto da ofensa baseada na degradação das relações raciais e que não podem estar fixados apenas no tempo presente, mas como extensão das construções teóricas dos homens da ciência como Raimundo Nina Rodrigues (1862-1906), João Batista de Lacerda (1846-1915) Oliveira Vianna (1883-1951) e tantos outros.

O conflito social baseado num repertório heterogêneo de termos verbais polissêmicos é canalizado para um só aspecto da relação de confronto: o racismo externalizado. Os termos dos homens das ciências tomaram feições mais amplas, e atualmente são reatualizados na forma de enquadramento na vida social. Enquanto os homens das ciências usam conceitos mais amplos e totalizantes, nos tempos presentes os sistemas de classificações preconceituosas estão filtrados para uso nas relações práticas da vida.

Os termos insultuosos vivenciados no cotidiano não estão distantes das classificações racializadas dos homens da ciência da primeira metade do século vinte. Estão próximas de expressões de uma generalização de status negativo, como fragmentação de possibilidades por onde o insulto absorve multiplicidades de expressões cognitivas. O insulto reiterado no momento das relações de constrangimento é a reafirmação dos enunciados reproduzidos pelo história, que realiza a função de generalização de um tipo de ordem racial socialmente estruturada. Assim, os vocábulos assumem o papel de posicionar e lembrar ao indivíduo qual é sua função dentro das relações desencadeadas na esfera do conflito, por meio de uma gramática da perversão. Concordamos com Guimarães (2002), quanto a sua argumentação de que o insulto operara no sentido lembrar o insultado qual seria seu lugar social historicamente estruturado.

Guimarães (2002), identifica em sua pesquisa cerca de 56 termos injuriosos subjetivados, mas que objetivamente apontam para relações de rebaixamento e estigmatização. Os termos tomam forma de reminiscências porque estão vinculados às memórias que passam pelo aprendizado da racialização, e se forjam como um campo de defesa e ataque nas situações de rivalidade ou eventualmente em relações informais baseadas na intimidade e desprovidas tensões raciais. Segundo Carlos Hasenbalg (apud Guimarães, 2002, p.181): “Com relação aos padrões de sociabilidade inter-racial, é notório que a classe baixa branca carrega um folclore de concepções estereotipadas do negro”. O termo pejorativo “carrega”, traduz que o insultante é portador de sistemas de mentalidades condicionadas por valores precedentes.

A pesquisa de Guimarães (2002), não avança no sentido de elaborar uma resposta que possa interpretar o fenômeno racista da ordem racial em termos da influência das heranças das teorias racialistas, contudo não significa dar relevância relativa à iniciativa da pesquisa, sobretudo quando ele se esforça para descortinar o cotidiano das hostilidades motivadas pela cor em situações extremas. No entanto, há uma questão que se torna central quando se tem por horizonte o estudo das relações raciais contemporâneas, que se trata de explorar a relevância do estudo das mentalidades como reprodutoras do racismo, e a influência das construções teóricas que rivalizam com a reprodução das mentalidades. Por óbvio, que as sociedades racializadas com assimetrias de cor profundas tendem a reproduzir tipos de marcadores raciais baseados em estruturas polissêmicas estigmatizantes. Esses marcadores circulam com ampla liberdade, como mediadores para as manifestações de caráter racista, e podemos atribuir a essa circularidade livre dos marcadores à capacidade das crenças utilizadas pelos indivíduos nos momentos de tensionamento.

Durante o processo de formulação deste artigo, a imprensa veiculava ato de exoneração do Ministro da Justiça e Segurança Pública Flávio Dino sobre um Delegado da Polícia Federal, pelo fato do mesmo ter se utilizado de expressões racistas, do tipo “índios raça inferior”, “pretos não fazem nada direito.” Há um itinerário de elos que se enquadram durante os ciclos da história que vai tomando forma própria de acordo com as interações sociais vigentes, conformando a existência de uma ecologia racialmente hierarquizada, que tem como função prática a inibição da autonomia dos grupos de cor. Há uma relação sincrônica de vínculos discursivos essencialistas verbalizados na forma de desprezo à dignidade do outro durante a história, e cuja origem não pode ser negligenciada pela pesquisa crítica.

Outra questão que considero não explorada por Guimarães (2002) foi a influência da linguagem como representação da realidade. A pesquisa de Guimarães (2002) não retrata a combinação da linguagem associada a uma comunidade de valor que reitera a narrativa do preconceito. Saussure (1995) adverte que:

A cada instante, a linguagem implica ao mesmo tempo um sistema estabelecido e uma evolução: a cada instante, ela é uma instituição atual e um produto do passado. Parece fácil, à primeira vista, distinguir entre esses sistemas e sua história, entre aquilo que ele é e o que foi; na realidade, a relação que une ambas as coisas é tão íntima que se faz difícil separá-la (Saussure, 1995, p. 16).

A linguagem e as mentalidades formam um sistema associado de significados que operam no âmbito do imaginário social. Então, como estruturas psíquicas, ficam armazenadas no âmbito da memória, e são instrumentalizadas para o uso prático. Identificamos nas incidências preconceituosas do estudo de Guimarães (2002), indícios da reprodução de linguagens herdeiras de mentalidades orientadas pela hierarquia racista, e sua manifestação não deve ser vista como fenômeno estático no desdobramento das épocas.

A questão estética não é apenas um atributo original cujas características distinguem os corpos em sua infinidade de aspectos singulares, mas molda também o imaginário social, concebendo subjetividades sobre a noção do belo. Nessa perspectiva, se tem a intenção de tornar o corpo a expressão original da nacionalidade, como reflexo do ideário da hierarquia racista.

O pesquisador Antônio Sérgio Guimarães (2002), realizou uma investigação na Delegacia de Crimes Raciais de São Paulo no período de 1º de maio de 1997 a 30 de abril de 1998, identificando as queixas registradas e as caracterizações definidas como insulto, observando a força dos estereótipos externalizados no momento do conflito. A pesquisa revela a ideia da estética do estranhamento e verbalizações estigmatizantes, como expressões recorrentes para uso do insulto como resposta do fenômeno racista, categorizados em sete tipos, segundo o autor: “1. Simples nomeação do Outro, de modo a lembrar a distância social ou justificar uma interdição de contato” (Guimarães, 2002, p. 176). “2. Animalização do Outro ou implicação de incivilidade (Guimarães, 2002, p. 176, grifo nosso).

3. Acusação de anomia em termos de: **conduta delinquente ou ilegal, imoralidade sexual**, irreligiosidade ou perversão religiosa. 4. Invocação da pobreza ou da condição social inferior do Outro, através de: termos referentes a tal condição, **referência a uma origem subordinada**, uso de diminutivos, acusação de impostura (assunção de posição social indevida (Guimarães, 2002, p. 176, grifo nosso).

E ainda: “5. Acusação de sujeira” (Guimarães, 2002, p. 176). “6. Invocação de uma natureza pervertida ou de uma **maldição divina**” (Guimarães, 2002, p. 176, grifo nosso). “7.

Invocação de defeitos físicos ou mentais” (Guimarães, 2002, p. 176).

O encadeamento de um sistema de significados que reafirmam o rebaixamento do outro não pode ser considerado como um sistema descolado de um projeto de leitura da realidade.

Os termos insultuosos não são meras verbalizações emocionais disruptivas, desvinculadas de estruturas mentais racializadas pelas convicções da hierarquia de cor. São fenômenos que estão estritamente associados à reprodução das teses higiênicas que penetraram no tecido social e conseguiram estabelecer formas de sobrevivência com seus próprios termos transitando até o tempo presente.

Tendo em vista demonstrar que o pensamento de negação ao não branco, ao mestiço e ao negro, como categorias de identificação dos indesejáveis, iremos examinar fragmentos de notas importantes de algumas obras paradigmáticas para demonstrar que a cor era uma questão intimamente associadas ao projeto de nação dos homens da ciências do Brasil. Essas notas demonstram uma capacidade socializadora, orientando mentalidades por um caminho de idealização de sentidos, convertidos para a esfera de valores da legitimação dos preconceitos de cor.

Em 1911 aconteceu em Londres o Congresso Universal das Raças. Diversas delegações se fizeram presentes, representando suas respectivas nações. Destacamos a presença de João Batista de Lacerda (1846-1915), como um dos delegados oficiais do Brasil. Um ano após a realização do Congresso, o médico formula um relatório pessoal descrevendo os aspectos que mais lhe chamaram a atenção e destacava algumas opiniões em face a realização do evento. A narrativa de João Batista de Lacerda segue com o predomínio nacional-racialista, que consistia como parte do discurso dos teóricos do período e fazia uma escola de seguidores. A questão da raça era um quesito de preocupação da ciência, que associava o progresso da sociedade brasileira ao problema da mestiçagem e a presença negra. O que se questionava era a questão do futuro da nação e como seria operada a indesejável presença negra. A posição de Lacerda, como homem da ciência representando um país que se utilizou da mão de obra escrava por longo tempo, teria repercussão pública em sua época, e traduz a força da capacidade de influenciar os sentidos sobre o projeto de nação que se imaginava.

4. Considerações provisórias

Aonde exista uma marcador racial que faça distinção entre os sujeitos, o brutalismo

poderá se manifestar na forma de violência verbal ou física, corrompendo os laços de respeito ou tolerância. Não seria o insulto uma forma de externalização de emancipação da brutalidade? Respondo que as circunstâncias abrem os canais para o brutalismo racista.

Dentre as figuras de significado derivativo do brutalismo de Mbembe (2021), se identificam determinadas políticas que recorrem a processos perversos:

Por meio das técnicas políticas de fraturamento e fissuração, o poder recria não apenas o humano, mas também outras espécies, efetivamente. O material que ele tenta (re) moldar ou transformar em novas espécies é tratado de maneira similar à que se utiliza quando se lida com rochas e xistos a serem dinamitados para extrair gás e energia (Mbembe, 2021, p. 14)

A linguem sob a perspectiva da razão da injúria promovem essas técnicas políticas, de modo a fraturar, gerar fissuras e moldar o sujeito a um lugar limitado. Sobre a carne e sua psique, agindo por camadas, o negro é submetido a trituração e esgotamento orgânico. Submetido à hostilidade e outras formas enviesadas de descuido, esse sujeito está corrompido pelo estigma da perseguição, dos olhares condicionados, por fim num sistema que racionaliza as hierarquias de cor.

A brutalidade toma sua forma cruel com a imposição do sofrimento psíquico e corporal. O sofrimento será o acompanhante desse sujeito recriado aos moldes da sociedade do insulto e da atmosfera da desconfiança. E nesse ambiente de acirramentos heterogêneos o racista não só irá manifestar sua insatisfação por meio da linguagem, ele também irá ferir e caçar. O racista é um predador e pronuncia sua violência através da brutalidade em acordo com suas convicções totalizadoras. Essas convicções estão a mobilizar o confinamento e a limitação do sujeito aos processos de naturalização articulada da realidade ou superficialidade de relações aparentemente harmônicas.

O insulto é um instrumento-modelo de aniquilação, humilhação e subordinação, por onde a brutalidade continua inalterada e submetendo cotidianamente ao barbarismo a população não branca.

Como o brutalismo que mutila e fratura Mbembe (2021), o insulto cumpre a função de desintegrar a humanidade do outro por meio da humilhação coisificante. A produção do comportamento do instrumento-modelo só é possível porque desde a manifestação antológica do determinismo racial dos homens da ciência até o auterocídio contemporâneo, se concebeu um sistema de contaminação que se generalizou nas instituições fundamentais, como no Estado representado por seu aparelhos de segurança pública, nas famílias representas pelo moralismo

omissivo, nos círculos acadêmicos representados por uma epistemologia colonial, como uma entidade viva aos moldes do racismo circular, que se manifesta em qualquer lugar e se caracteriza pela imprevisibilidade.

O insulto é parte de um sistema de aprendizado histórico-social que materializa e reforça o imaginário social por meio do brutalismo racializado, que é a expressão das inúmeras formas de mobilização do racismo, que na sua gênese já é brutal e reconfigurado por sua capacidade circular derivativa. O projeto racista derivativo baseado na hierarquia de cor é produto direto desta reconfiguração das estruturas de classes, compreendidas como sistemas de dominação econômica baseada na explosão estruturante das camadas subalternas, onde majoritariamente se encontra a população negra. Por meio desse projeto a ordem racial é organizada pelo sistema de distribuição de hierarquias social e racialmente herdadas.

O insulto contém a porosidade que retém memórias e acervos de convicções íntimas para cada indivíduo que dele se utiliza. É uma forma de exercício de poder verbalizado por meio repertórios assimilados e aprendizados de duração variável. Portanto, reconhecemos que esse tipo de exercício de poder é um projeto de tempo, tal como se refere Mbembe “Todo poder almeja efetivamente, se não se tornar o próprio tempo, ao menos anexar e colonizar suas propriedades intrínsecas” (Mbembe, 2021, p. 16).

Não há dúvidas que os registros de Guimarães (2002) fazem parte do brutalismo instalado na sociedade brasileira, que é manifestado pela mentalidade racista durante as relações de interação, como não surpreende a letalidade das incursões nas comunidades periféricas dos aparelhos de segurança sobre as populações vulneráveis, e sobre eles recaem a mais eficaz máquina de efetivação do brutalismo, no entanto o que argumentar sobre os veículos de comunicação televisiva, que são fundamentais para compreender a reprodução do brutalismo na sua forma simbólica.

Que tipo de existência humana é capaz de atravessar os séculos sem compor um mosaico de transfigurações psíquicas, fisiológicas e relacionais? Que tipo de adaptação se pode recorrer para não sucumbir a hostilização e ao brutalismo sistêmico dos tempos em curso? Há uma fatalidade que precisa ser traduzida e expressada na forma de uma racionalidade totalitária e totalizante, que age corrompendo a existência do outro como um igual? Os homens da ciência dos séculos XIX e XX foram esses mediadores que, em nome do conhecimento, se esforçaram para normatizar a interpretação da diferença, que nos termos de Habermas (1989) se configuram

como:

As pretensões de validade normativas mediatizam manifestamente, entre a linguagem e o mundo social, uma dependência recíproca que não existe para a relação da linguagem e do mundo objetivo. É a esse entrelaçamento de pretensões de validade, que têm sua sede em normas e pretensões de validade erguidas com atos de fala regulativos, que também se vincula o caráter ambíguo da validade deontológica (Habermas, 1989, p. 82).

A mente racista é uma mente assimiladora e reprodutora, e sua moral precisa ser manifestada na ordem racial por meio de um devir. O devir das linguagens racializadas é incerto, e não estará imune das possíveis formas de reprodução, sobretudo da influência das relações competitivas na sociedade de acumulação de status.

Demonstramos que o insulto com motivações de origem racial foi adaptado à realidade social como produto das relações humanas, como um fenômeno totalizante incluso na consciência social, portanto uma herança histórico-social da prática racista. Segundo Lane (1984) demonstrar isso como: “Desta forma os significados produzidos historicamente pelo grupo social adquirem, no âmbito do indivíduo, um “sentido pessoal”, ou seja, a palavra se relaciona com a realidade, com a própria vida e com os motivos de cada indivíduo” (Lane, 1984, p. 34).

É inegável que o insulto segue seu rumo como prática simbólica triunfante nas relações humanas, inclusive compreendido como momento de uma escala de potências a negar o outro construído como diferente, e como base de um escopo mais complexo de brutalidades do projeto nacional-racista incluso na sociedade.

Por fim, a produção da subjetividade racista está ontologicamente vinculada àquilo que já reafirmamos como a externalização das mentalidades, amparadas por um longo percurso gramatical de realização de um modelo de sociedade que se imaginava branca.

Referências Bibliográficas:

CORREIO BRASILIENSE. Dino demite delegado da PF que disse que "pretos não fazem nada direito." Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2023/07/5108806-dino-demite-delegado-da-pf-que-disse-que-pretos-nao-fazem-nada-direito.html> Acesso em: 13 jul.2023

DIWAN, Pietra: Raça Pura. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo. São Paulo: Contexto, 2007.

FEBVRE, Lucien. Viver a História. In: Combates pela História. Lisboa: Editorial Presença, Lda. 1989.

GOBINEAU, Joseph Arthur. Ensayo sobre la desigualdad de las razas humanas. Barcelona: Editorial Apolo, 1937.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. Classes, raças e democracia. O mito anverso: o insulto racial. São Paulo, Editora 34, 2002.

HABERMAS, Jurgen. Consciência moral e agir comunicativo. Tradução de Guido A. de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012/2021.

KEHL, Renato. Lições de Eugenia. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1929.

LACERDA, João Batista de. Congresso Universal das Raças. Rio de Janeiro: s.n. 1912.

LANE, S. T. M., & Codo, W. (Orgs.). Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MBEMBE, Achille. Brutalismo. Tradução Sebastião Salgado. São Paulo: 1ª edição; N1 Edições, 2021, 256p.

_____. Crítica da Razão Negra. Lisboa: Antígona, 2014.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Signos (M. Pereira, Trad.). São Paulo: Martins Fontes. 1991.

OLIVEIRA VIANNA, Francisco José. Evolução do povo brasileiro. 3ª edição. São Paulo: Companhia Editora nacional, 1938.

_____. Raça e assimilação 3ª ed., São Paulo, Companhia Editora Nacional. Biblioteca Pedagógica Brasileira. Série V. Brasileira, 1938.

RODRIGUES, Raimundo Nina. As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1894.

_____. Os africanos no Brasil. Companhia Editora Nacional – São Paulo, 1935.

SAUSSURE, Ferdinand de. Curso de linguística geral. São Paulo, Cultrix, 1995 [1971], 18ª ed. Trad. de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein.

SOUSA, Ricardo Alexandre Santos de. A extinção dos brasileiros segundo o conde Gobineau. *Revista Brasileira de História da Ciência*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 21-34, jan/jun 2013.

_____. O Conde Gobineau e o Horror à Ambivalência. 'Usos do Passado' – XII Encontro Regional de História ANPUH-RJ 2006.

Sobre o autor:

Juca Ribeiro: Possui graduação em CIÊNCIAS SOCIAIS pela FACULDADE DE FILOSOFIA DE CAMPO GRANDE (1988), Pós-Graduação no Curso Lato Sensu Terceiro Setor e Responsabilidade Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (2007) e MESTRADO EM POLÍTICA SOCIAL pela Universidade Federal Fluminense (2009). Atualmente é doutorando do Programa de Estudos Pós-Graduados em Política Social da Universidade Federal Fluminense.

Artigo recebido para publicação em: 19 de janeiro de 2024.

Artigo aprovado para publicação em: 27 de maio de 2024.

Como citar:

MARINS FILHO, M. R. Antologia do insulto: notas discursivas sobre o marcador racial. *Revista Transversos*. Dossiê: Intelectuais, movimento negro e antirracismo no século XX. Rio de Janeiro, nº. 30, 2024. pp. 98-114. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/81402>. ISSN 2179-7528. DOI: 10.12957/transversos.2024.81402

